

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência gostaria de registrar e agradecer a presença dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira, de Corupá, acompanhados da professora Rosana Berte. Boas-vindas a esta Casa, nesta manhã de quinta-feira.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero cumprimentar os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aluísio Carvalho de Oliveira, de Corupá, a professora Rosana Berte, parabenizando-os pelo mês do professor e das crianças. Até o final do ano muitos alunos virão até esta Casa para conhecer o Parlamento.

Eu apresentei um projeto neste ano, que foi sugerido por um aluno que veio nos visitar, que ao sair apresentou uma sugestão.

Hoje existem muitas empresas que vendem ingressos de eventos, de *shows*, de cinema, pela *internet*. O que estava acontecendo é que lá no balcão da venda se pode comprar, há muito tempo, a meia entrada para o estudante, para o idoso, para deficiente, e a meia entrada pela *internet* não existia, pela *internet* somente inteira. E por sugestão de um aluno apresentamos um projeto que foi aprovado. E passou a ser obrigatória a venda de ingressos também de meia entrada pela *internet*.

Nós, deputados, estamos abertos a receber sugestões de vocês, alunos, e também de seus familiares.

Gostaria também cumprimentar o professor Celso Westrupp que foi diretor de diversas escolas, mas principalmente nas escolas da comunidade da CNEC, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, de Brusque. Um estudioso que também participou da atividade política, especialmente nos governos do então prefeito Ciro Roza. Ele nos encaminhou algumas sugestões para serem discutidas, debatidas, para esta eleição.

Acabamos de encaminhar isso para a equipe que prepara o último debate de sexta-feira à noite, justamente para fazer chegar ao nosso candidato à Presidência as sugestões que seguramente coincidem com o pensamento de muita gente, mas a grande maioria não consegue colocar isso no papel. Às vezes, temos uma ideia boa, mas colocá-la no papel e fazer chegar de uma forma inteligível para as pessoas que estão na interlocução é difícil. Então, encaminhamos isso ao comitê que prepara o debate e certamente vamos transformar as sugestões dele também em opiniões para todos os brasileiros.

Quero cumprimentar também inúmeras pessoas que acompanham todos os dias as nossas sessões, de diversas cidades de Santa Catarina.

Gostaria de fazer um comentário, tendo em vista a eleição que tivemos no dia 5 de outubro e também a que teremos domingo agora. Encontrei durante o dia da eleição alguns candidatos, outros

ficam em casa descansando, é uma opção, porque não correm o risco de cometer algum crime eleitoral, mas procuram visitar alguns locais de votação para ver o andamento, para ver se está tudo calmo. Geralmente é isso mesmo que acontece, as próprias pessoas que estão na fila são os principais fiscais do momento ali. Mas uma indignação que vi por parte das pessoas é justamente com relação ao título eleitoral. Por exemplo, eu tenho a carteira de motorista, se alguém no trânsito me pedir a carteira de motorista, automaticamente aquele documento é suficiente para dizer a quem está me interpelando que aquela pessoa sou eu e que o documento é válido. Assim acontece com a carteira de identidade que substitui vários documentos, ela tem um valor por si só. E aí questionamos para que serve o título eleitoral, se na hora de votar não precisa levar o título. Se tiver qualquer documento com fotografia já serve, porque todo aquele que tem título está na listagem de votação. Agora, se ele não tiver nenhum outro documento, o título não vale nada. Então, carregamos o título na carteira. Mas será que não é apenas uma atrapalhação? É mais um documento, um papel que fica enchendo a carteira da gente, sem nenhuma necessidade, porque para votar não precisa e se levar só ele para votar não serve. Esse é o detalhe. Ele não serve para votar. Ele só serve para sabermos o lugar para votar, mas que também já mudou. O local de votação é um, mas no dia de votação está em outra escola, por algumas razões. Em vários municípios as sessões não estão exatamente onde está no título. Em muitos lugares acontece isso.

Então, o título eleitoral é uma questão que o TRE, o TSE, têm que questionar, porque senão daqui a pouco a urna já é suspeita. Já desconfiam da urna devido a esse negócio de o cidadão ir lá votar e depois não ter nada, nada, nada para poder recontar.

Eu falei para o dr. Carlos Prudêncio que foi legislador da urna eletrônica da cidade de Brusque, meu amigo, que do jeito como ele idealizou ainda está. Não teve nenhuma evolução.

Dizem que os americanos copiaram de nós a votação eletrônica. Eu acho que copiaram, mas copiaram e evoluíram.

Na primeira eleição do Barack Obama, para presidente, fui destacado, pela Assembleia Legislativa, para acompanhar, em Washington, o dia da eleição, na universidade de Washington que fez o encontro com representantes de todos os países da América Latina. E vi que a votação eletrônica no estado da Virgínia é exatamente como a nossa. O cidadão vai lá e vota. Em cada bairro, dependendo da importância da votação, o Tribunal Regional Eleitoral pode autorizar a inclusão de alguma eleição. Por exemplo, além de escolher o presidente, o deputado e o senador, de repente, se a comunidade do bairro resolve fazer também a escolha do presidente da associação, poderá fazê-lo, desde que justifique a importância.

O cidadão vota e enquanto ele tem o papel em suas mãos nada acontece. Na hora em que ele coloca o papel na segunda máquina e a máquina faz a leitura do procedimento, aí valeu a eleição dele. Se ele ficar com o papel na mão, ele não votou. Se ele colocar na máquina, o sistema contabiliza, e o papel fica lá dentro. Ele não fica com nenhum papel na mão. A votação dele só vale na hora em que ele colocar novamente na máquina que faz a leitura e vai contabilizando aquele voto. Se por acaso nós quisermos rever, como aconteceu no sul do estado, no município de Içara, se quisermos rever uma urna, é fácil de rever sem fazer um grande movimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, temos a honra de receber cinco vereadores do município de Canoinhas e o empresário Adilson Machado.

Ficamos honrados com a presença dos vereadores Gil Baiano, Paulo Pick, Neno e do vereador que foi professor do meu filho, que também se encontra nesta Casa.

Temos a certeza de que o trabalho que foi feito aqui no Tribunal vai render dividendos ao município de Canoinhas e para toda a comunidade.

Parabéns, pelo trabalho, srs. vereadores. Continuem com esse espírito de luta, pela nossa terra, fazendo com que cada vez mais as coisas aconteçam em nosso município.

Também quero dizer que está na pauta de hoje o Projeto de Lei n.16.298, de minha autoria, que altera a lei e institui o conselho estadual de segurança contra incêndio e pânico, para incluir novas entidades na composição desse órgão.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha nesta sessão, vereadores, demais autoridades, servidores desta Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc, vou concordar com o deputado Serafim Venzon, quando fala da necessidade da urna eletrônica ter um comprovante e a possibilidade de recontagem dos votos. Este é um elemento que desde o início do processo de votação eletrônica sempre achei que era falho, porque embora eu seja um razoável analfabeto em termos de tecnologia em computadores, não tenho dúvida de que é possível fraudar uma urna, de que ela esteja programada para dar errado. Assim como se pode programar para dar certo, também se pode programar para dar errado e ser feita uma contagem diferente daquilo que efetivamente os eleitores digitaram.

É evidente que não estou afirmando que isso ocorre ou que tenha ocorrido algumas vezes. Mas do ponto de vista tecnológico é possível. E quem controla, quem cuida e faz o programa é um ser

humano, deputado Silvio Dreveck, que sequer conhecemos.

Não estou levantando suspeição sobre esses rapazes que são geralmente jovens, ou mais jovens do que nós, que fazem esse trabalho, mas é o ser humano que faz, e todo ser humano é passível de erro, quando não for parcial.

É preciso que a justiça esteja garantida, que ela possa ser confirmada, que possa passar pela prova dos nove, e esse episódio da urna do município de Içara mostra isso, ou seja, mais de 200 votos sumiram.

Particularmente não tenho nenhuma indisposição contra ninguém, contra nenhuma instituição, mas se eu fosse um desses 200 ou mais de eleitores e eleitoras que ficaram sem o voto ser computadorizado, eu iria requerer na Justiça alguma coisa contra os responsáveis. Agora, quem são os responsáveis? Talvez não existam. Porque não se pode identificar, é todo um conjunto de instâncias, de procedimentos e talvez de empresas que fazem esse serviço. E esse fato, contado pelo deputado Serafim Venzon e deputado Ismael dos Santos, eu que não sou um adepto da política do estado norte-americano, dos Estados Unidos da América, mas se eles fazem assim neste país, nós precisamos copia-lo. Se eles copiaram a urna eletrônica do Brasil, precisamos ir lá e também copiar a urna deles.

Sempre achei que deveria ter na votação eletrônica do Brasil a possibilidade de o próprio eleitor conferir o seu voto. Por exemplo, o eleitor digita o voto na máquina que imprime e que lhe devolve, então, o eleitor confere o seu voto e vê se foi o que realmente votou. É evidente que o eleitor não vai poder sair da cabine de votação com o registro do voto, porque não deve e não pode sair da cabine de votação com o registro do voto. O eleitor não pode fazer isso, porque acarretaria em suprimir o voto secreto, mas o próprio sistema já impõe que, se o voto do eleitor for considerado realizado, precisa o voto ser depositado em outra urna eletrônica e que o papel também vá ficar lá dentro como forma de confirmação. Então, creio que

isso suprimiria o principal problema que vejo na urna eletrônica.

Portanto, quero parabenizá-lo, deputado Serafim Venzon, pelo pronunciamento e dizer que a legislação eleitoral brasileira, assim como as autoridades do Tribunal Regional Eleitoral, precisam atentar para essas questões, porque pelo menos 200 ou mais eleitores catarinenses não tiveram seus votos contados, e não foi responsabilidade deles, foi responsabilidade do sistema que não pode aferir o voto que esses eleitores digitaram. E se não foram aferidos esses votos, é porque não podem contar nenhum.

Não posso ter certeza se o computador mandou para o sistema exatamente o que digitei. Não estou dizendo que houve fraude, mas não tem como fazer a prova dos nove nessa questão.

Também quero falar a respeito de um tema, aliás, continuar uma reflexão que já fiz na terça-feira desta semana, que é a questão do envenenamento do leite que tomamos todos os dias. É evidente que episódios assim já vêm acontecendo desde o ano passado, mas percebemos agora que mais de dez empresas do nosso estado colocam soda cáustica no leite e até na hora de tomar o meu café, que sempre tomo com leite, começo a sentir uma sensação diferente, porque já não temos confiança naquilo que estamos consumindo.

Srs. deputados, trabalho com a tese de que o ser humano, a sociedade humana, tem condições de planejar de forma racional e humana - e não é racional para produtividade, mas o contrário, racional para a humanidade - a produção e a distribuição de todos os produtos necessários ao bom viver das pessoas.

A fé, que neste caso também pode ser chamada de ideologia, de que a livre iniciativa é suficiente para se resolver as relações sociais de produção e de distribuição em qualquer sociedade, está absolutamente questionada por episódios como esse, porque o ritmo da produtividade que a sociedade atual impõe acaba levando aqueles empresários ou funcionários de uma determinada empresa, de caráter menos forte, a cederem à

tática de produzir mais com menor quantidade de trabalho, portanto, com uma velocidade maior, com custo menor e ganhar a competição.

Na verdade, a livre iniciativa, de fato, a sociedade de livre mercado, não existe há mais de cem anos. A livre iniciativa, o livre comércio, o liberalismo clássico, no sentido dos livros dos clássicos da economia política, não existe há mais de cem anos na humanidade.

Existe o sistema de monopólio cada vez mais forte, que impõe sobre todos, inclusive sobre os médios e pequenos empresários, uma dinâmica de produção e de distribuição que é absurdamente irracional.

Então, o processo de concentração de riquezas, de concentração de muitas empresas em um bloco cada vez mais enxuto, ou menor, de grandes empresas é uma lógica imanente própria e insuperável da sociedade capitalista. Não dá para dominar por boa vontade, especialmente quando os governos também acabam fazendo a política que interessa a esses grandes monopólios na hora de fazer um incentivo ou de dar um perdão de dívida. Os pequenos e médios empresários, assim como o conjunto das classes trabalhadoras e do povo pobre, são também oprimidos e subjugados pelo sistema dos monopólios, que tem muito poder inclusive para definir o rumo dos governos, porque são eles que financiam majoritariamente as campanhas eleitorais.

E aí o pequeno, o médio produtor ou todos os produtores de móveis de São Bento do Sul são também subjugados por uma lógica que impõe a eles uma quase impossibilidade de sobreviver. Só trabalhando mais tempo do que a média da indústria dominada pelo monopólio. Mas este é um debate que com certeza não venceremos hoje e o retomaremos na próxima oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partido Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Sargento Amauri Soares, com relação ao assunto que v.exa. levantou nesta tribuna, quero dizer que certamente quando se trata de monopólio, de oligopólio ou coisa do gênero isso não é saudável para a economia. Mas a economia brasileira tem passado por muita dificuldade devido a uma série de fatores, de decisões políticas que nem sempre estão na direção de onde caminha a própria economia mundial, em que pese que eu não sou economista, mas gosto e acompanho e procuro me orientar e me aconselhar com pessoas que são conhecedoras desse tema. E o debate político faz parte desse conjunto, obviamente.

Mas penso, deputado, que teremos oportunidades pela frente, e vale a pena, sim, debater este assunto, pois ele é relevante, porque o capital e o trabalho têm que andar juntos, um não sobrevive sem o outro. Ou seja, fazer, como tenho ouvido muito: "O meu governo é um governo que faz só o social". Não existe fazer o social, não iria dar benefícios ou ajudar as pessoas com menos condições e também não permitir que o capital desse retorno. O capital tem que dar retorno, para a própria sociedade fazer frente às suas demandas nos programas sociais. Eu me refiro, deputado, a um assunto que eu não vou desistir enquanto estiver na Assembleia, em que pese ser um assunto que eu já tenha trazido várias nesta tribuna, que compete muito mais ao âmbito federal, do próprio Executivo, do próprio Legislativo federal.

Mas vou continuar falando aqui sobre a saúde, deputado, porque não me convenço que a saúde no Brasil possa dar uma resposta sem que se faça uma revisão ou uma reposição de pelo menos parte dessa inflação que está em débito com a saúde, ou seja, quando o governo está devendo para a saúde. Eu me refiro à tabela SUS, que são os valores que o governo paga de consultas médicas, de exames laboratoriais e outros exames que são feitos, internamentos, procedimentos cirúrgicos, enfim,

tudo aquilo que é executado pelo Sistema Único de Saúde.

Então, não há como um hospital, uma clínica manter-se com esses valores que são pagos que há mais de 12 anos não receberam um centavo de reajuste.

Por isso, deputado José Milton Sheffer, v.exa. que foi prefeito, que a cada dia que passa as prefeituras estão colocando mais receita do município na saúde. Por que acontece isso? Porque a pressão da população ao prefeito, ao vice-prefeito, aos vereadores, aos secretários com relação a isso é muito grande, pois lá é onde está o poder municipal mais próximo da população. E as prefeituras se sentem quase que na obrigação de aumentar ou melhorar os recursos da sua própria receita destinados à saúde.

A lei estabelece que 15% são de responsabilidade dos municípios e 12% aos estados, mas à união, infelizmente, não há uma lei determinando tal percentual. Portanto, isso tem dificultado as prefeituras, pois elas não têm recurso para investir mais na educação, em pavimentação e em outras demandas das cidades porque são obrigadas a canalizar mais recursos para a saúde, em que o governo federal é o responsável por não reajustar ou por não repor esse grande percentual que está ultrapassando a 170% de inflação e que lamentavelmente não sinaliza, em momento algum, ou não assume esse compromisso de rever a tabela SUS.

Então, o prejuízo é para os hospitais, as clínicas e as prefeituras. E obviamente que acaba sendo também da população, porque as filas são enormes. E não há como suportar essa sobrecarga de déficit que todos os hospitais têm e as prefeituras também estão, como disse, cada vez mais colocando recursos na Saúde e têm menos recursos para investir.

O governo federal nada de braçada dizendo que a saúde no Brasil é uma das melhores. Eu não conheço saúde no Brasil de qualidade, com exceções, quando o sistema é tão mal pago. E, repito, não há nenhuma sinalização.

Eu vou continuar batendo nessa tecla para defender a saúde, os nossos hospitais, as prefeituras e, acima de tudo, a população. Quem não precisa hoje, pode precisar amanhã. Se não for a própria pessoa, pode ser alguém da família, um amigo ou até mesmo um desconhecido, mas todos os dias alguém está precisando do serviço da saúde. E a grande maioria não tem plano de saúde e não tem condições de pagar consultas ou exames particulares porque os preços são muito elevados - e em saúde é assim, há custos sim -, e, ao mesmo tempo, há essa omissão do governo federal em não repor a inflação aos preços da tabela SUS.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu vou ceder o restante do meu tempo ao meu amigo deputado Gelson Merisio, mas ficarei aqui como preâmbulo nesta manhã.

O deputado Sargento Amauri Soares levantou a questão das eleições e o deputado Silvio Dreveck também fez um rápido lampejo sobre a segurança nas urnas. Eu, particularmente, acho que é possível haver algum tipo de fraude, mas também acho improvável. Entendo que estamos num processo democrático bastante amadurecido e que há, sem dúvida, todo um aparato de segurança. Eu quero aqui depositar a minha fé no trabalho do Tribunal Superior Eleitoral - TSE -, enfim, em todos os servidores da Justiça eleitoral que têm feito um trabalho fantástico - e não somente os funcionários, mas, em especial, os cidadãos voluntários que, como mesários, estão lá em todas as eleições marcando presença. E gostaria de parabenizá-los, inclusive, pelo trabalho nas

últimas eleições e pelo trabalho que farão no próximo domingo.

Aliás, por falar em eleições, não há dúvida de que vamos, no próximo domingo, conforme temos acompanhado na mídia, na imprensa e na conversa no dia a dia com os cidadãos catarinenses, para uma das mais acirradas eleições do processo democrático brasileiro.

O que nos entristece, principalmente nesse segundo turno, é a ausência de propostas sólidas para o futuro desta nação. Temos acompanhado os debates e comentários na rádio e televisão sempre que possível, assim como temos discutido com amigos e, inclusive, no plenário e na nossa bancada, e sentimos de fato essa ausência de uma proposta mais sólida no que diz respeito aos eixos temáticos que de fato valem a pena serem debatidos neste país, desde educação, saúde, infraestrutura, questão da drogadição e falta de um planejamento.

Dizia o escritor alemão Goethe "tudo depende do plano", e isso tem faltado. E temo-nos ressentido disso neste país.

Quando acompanhamos os debates entre aqueles que são fervorosos defensores da presidente Dilma e aqueles que querem a mudança, através do Aécio Neves, percebemos que hoje o Brasil está dividido na verdade em grandes duas torcidas de futebol, muito menos em torno de ideias e muito mais em torno de pessoas. E, infelizmente, quando o debate sai do mundo das ideias e entra para as questões pessoais, o que vimos é isso que aí está estampado nos jornais, nos debates. Esperamos que o último debate que teremos possa trazer um pouquinho mais de seriedade e de perspectiva para o futuro deste país.

Eu me lembro de uma frase do escritor russo Leon Tolstói. Ele dizia que quando não existe grandeza, quando a simplicidade e a verdade estão ausentes... Não há dúvida, basta conversar com qualquer cidadão brasileiro que tenha acompanhado o mínimo possível os debates, nesses últimos 15, 20 dias, e o que vimos é que faltou muita simplicidade e muitas verdades. E se não há simplicidade, se não há verdade, não há grandeza.

Mesmo assim fico com o adágio popular de que é muito melhor investir na esperança, porque esperança rende mais, do que apostar na omissão.

Por isso, enquanto membro deste Parlamento, enquanto cidadão brasileiro, não poderia ser diferente a nossa missão aqui de conclamar a todos catarinenses que nos acompanham para que de fato estejam nas urnas no próximo domingo, demonstrando a sua opção, seja ela pela continuidade, seja ela por uma nova proposta de governo. Mas precisamos ir às urnas e que de fato Deus possa nos luminar nessa difícil e árdua decisão por um país mais justo, mais fraterno, por um país que de fato possa galgar status de um país efetivamente desenvolvido, com justiça social, mas sem perder a perspectiva do desenvolvimento econômico.

É isso que desejamos, é para isso que queremos contribuir nesta Casa. Esperamos que, a partir da próxima segunda-feira, esquecidas as questões partidárias, eleitorais, possamos de fato trabalhar, todos juntos, na construção de um Brasil que honre a sua história, mais do que isso, que possa garantir uma nova página às futuras gerações. É o que esperamos, é o que desejamos. Faço isso em nome da Bancada do PSD, que represento nesta manhã.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que:

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0648/2014;

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0037/2014, 0180/2014, 0197/2014, 0208/2014, 0209/2014, 0211/2014, 0221/2014, 0226/2014, 0237/2014, 0238/2014, 0246/2014, 0262/2014, 0269/2014, 0273/2014, 0280/2014, 0289/2014, 0299/2014, 0306/2014, 0311/2014, 0314/2014, 0316/2014, 0321/2014, 0329/2014, 0335/2014, 0345/2014, 0356/2014, 0359/2014, 0363/2014, 0365/2014, 0366/2014, 0368/2014, 0371/2014, 0375/2014, 0385/2014, 0388/2014, 0408/2014, 0410/2014, 0411/2014, 0413/2014, 0425/2014, 0427/2014, 0429/2014, 0430/2014, 0433/2014, 0436/2014, 0438/2014, 0445/2014, 0448/2014, 0449/2014, 0463/2014, 0465/2014, 0474/2014, 0482/2014, 0485/2014, 0486/2014, 0487/2014 e 0492/2014;

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0178/2014, 0324/2014, 0350/2014, 0367/2014, 0396/2014, 0502/2014, 0509/2014 e 0613/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0117/2014, de procedência governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da Moção n. 84, de autoria do deputado Darci de Matos, apelando ao superintendente estadual da Funasa pela concessão de apoio técnico e financeiro para a execução do projeto de captação de água para o município de Chapadão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim das matérias constantes da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao Dia do Cirurgião Dentista.

Está encerrada a sessão.